WORKING PAPER

working paper **número143**
junho, 2016

ISSN 1812-108x

Compartilhamento de conhecimentos entre o Brasil e a África sobre a proteção social e a segurança alimentar e nutricional

Cristina Cirillo, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

Lívia Maria da Costa Nogueira, Centro Internacional de Políticas para o CrescimentoInclusivo (IPC-IG)

Fábio Veras Soares, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

international policy centre for inclusive growth

Copyright© 2016
Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 13º andar
70076-900 Brasília, DF - Brasil
Telefone: +55 61 21055000

ipc@ipc-undp.org ▪ www.ipc-undp.org

O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo é uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, e o Governo do Brasil.

Direitos e Autorizações

Todos os direitos reservados.

O texto e dados desta publicação podem ser reproduzidos desde que as fontes sejam citadas. Reproduções com fins comerciais são proibidas.

O Centro Internacional de Pesquisa para o Crescimento Inclusivo divulga os resultados de seu trabalhos em andamento para incentivar a troca de ideias sobre os temas de desenvolvimento. Os artigos são assinados pelos autores e devem ser citados de acordo. Interpretações e conclusões expressas são dos autores e não necessariamente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou do Governo do Brasil.

Working Papers estão disponíveis online em www.ipc-undp.org ou por meio de solicitação de assinaturas via email para ipc@ipc-undp.org.

Print ISSN: 1812-108X

COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTOS ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Cristina Cirillo, Lívia Maria da Costa Nogueira
e Fábio Veras Soares[1]

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento é analisar como as atividades de compartilhamento de conhecimentos entre o Brasil e vários países da África subsaariana, relativas às políticas e aos programas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional, influenciaram direta e/ou indiretamente as políticas e os programas africanos. Dessa forma, esse estudo apresenta um resumo da evolução recente das práticas de compartilhamento de conhecimentos entre o Brasil e a África nessa área e também sintetiza os resultados de uma consulta, recentemente, realizada com formuladores de políticas africanos envolvidos na troca de conhecimentos sobre suas experiências. Esse exercício permite o mapeamento dos programas e dos instrumentos de proteção social e de segurança alimentar e nutricional africanos, inspirados nas experiências brasileiras. Além disso, facilita o entendimento dos principais desafios ao compartilhamento de conhecimentos de acordo com a perspectiva dos formuladores de políticas africanos.

O ponto de partida deste trabalho é o reconhecimento de que a cooperação entre o Brasil e a África foi realizada por meio de diferentes iniciativas e experiências de aprendizagem, ao invés de um plano de ação estruturado de longo prazo. Consequentemente, este documento avaliará se os formuladores de políticas africanos consideram essa forma de cooperação desestruturada um mecanismo eficiente para atingir os resultados atuais.

Este documento foi organizado da seguinte forma: a Seção 2 apresenta uma breve introdução sobre a cooperação Sul-Sul; a Seção 3 relata o histórico e as modalidades de cooperação entre o Brasil e a África, além dos desafios do ponto de vista brasileiro; a Seção 4 mapeia os programas e os instrumentos africanos inspirados nas experiências brasileiras, os resultados obtidos e os desafios do ponto de vista africano. As Seções 2 e 3 fundamentam-se, principalmente, em uma revisão da literatura. A Seção 4, por sua vez, está embasada nas informações coletadas pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), por meio de discussões *online*, pesquisas e entrevistas com representantes dos ministérios africanos responsáveis pelos programas e pelas políticas de proteção social e de segurança alimentar.

1. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG).

Esta publicação é parte do projeto apoiado pelo Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID): "Brasil & África: combatendo a pobreza e empoderando as mulheres por meio da Cooperação Sul-Sul".

2 COOPERAÇÃO SUL-SUL NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A cooperação Sul-Sul é uma abordagem inovadora e mais igualitária de cooperação internacional para o desenvolvimento. Trata-se de uma relação horizontal de cooperação ao invés de um modelo tradicional, no qual a cooperação ocorria verticalmente. O conceito de cooperação internacional para o desenvolvimento surgiu após a Segunda Guerra Mundial e está intrinsecamente ligado ao conceito de desenvolvimento em voga naquela época (DA COSTA, 2015). Com o processo de reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, o modelo tradicional de cooperação internacional para o desenvolvimento foi marcado por um relacionamento vertical. Os doadores, oriundos dos países desenvolvidos, geralmente localizados ao norte, apoiaram o desenvolvimento dos países localizados ao sul.[2] Em geral, esse tipo de relacionamento implicava o recebimento e a implementação da agenda estabelecida pelos doadores como pressuposto para receber cooperação financeira e não financeira.

Após críticas intensas feitas por países não alinhados e por alguns organismos multilaterais solicitando um relacionamento mais igualitário, 138 países adotaram, por consenso, o Plano de Ação para a Promoção e a Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento durante a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada em Buenos Aires, no ano de 1978. Assim, o presente estudo serviu de base para o modelo atual de cooperação Sul-Sul.[3]

Apesar disso, essa abordagem só passou a ser implementada de maneira abrangente nas últimas décadas, na medida em que os países do sul assumiram o protagonismo ao realizar atividades de cooperação técnica e científica entre si. Nessa nova arquitetura de desenvolvimento, os países do sul passaram a ocupar os espaços deixados pelos países do norte, impactados pela crise financeira. Consequentemente, houve uma redução nas dotações orçamentárias das agências bilaterais e multilaterais de cooperação. Além disso, as mudanças geopolíticas resultantes do empoderamento dos países do sul – que emergiram como economias significativas, obtendo resultados positivos e melhorando seus indicadores sociais por meio de políticas sociais inovadoras – também explicam a recente expansão da cooperação Sul-Sul.

Em geral, a cooperação Sul-Sul pode ser definida como um amplo arcabouço de colaboração entre países do sul na área política, econômica, social, cultural, ambiental e técnica. [...] Desenvolvimentos recentes na cooperação Sul-Sul se concretizaram na forma de um maior volume de comércio Sul-Sul, fluxos Sul-Sul de investimentos estrangeiros diretos, movimentos em direção à integração regional, transferências de tecnologia, compartilhamento de soluções e de especialistas e outras trocas (UNOSSC, n.d.).

Por ser uma nova abordagem, esse tipo de cooperação caracteriza-se por um processo contínuo de construção em relação a suas modalidades e seus arranjos. Apesar disso, suas características são objeto de um amplo consenso e as mais marcantes dizem respeito à falta de interferência em políticas nacionais e à participação dos beneficiários no processo de definição e de implementação das iniciativas de cooperação Sul-Sul.

A experiência brasileira com os países africanos é um bom exemplo de como a cooperação Sul-Sul nas áreas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional pode ser implementada por diferentes modalidades de cooperação. O formato é uma mistura de cooperação técnica e financeira, como no caso do Programa Mais Alimentos. Também é

possível combinar a assistência humanitária com a cooperação técnica, como no programa *Purchase from Africans for Africa* (PAA); ou juntar a cooperação técnica com investimentos em infraestrutura, como no Programa Pró-Savana (LEITE; SUYAMA; TRAJBER WAISBICH, 2013). O compartilhamento de conhecimentos pode fazer parte dessas diferentes formas de cooperação e também ser realizado por meio de atividades isoladas, como visitas de estudos, participação em conferências, organização de seminários internacionais, discussões *online* e apoio a plataformas e *websites* de compartilhamento de conhecimentos.

Dessa forma, a cooperação Sul-Sul nas áreas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional depende de um amplo conjunto de modalidades e de atividades. No caso da cooperação entre o Brasil e a África, várias iniciativas e outras formas de cooperação não foram contempladas em um plano de ação estruturado e formal. Neste estudo, o objetivo é demonstrar como tais experiências informais de compartilhamento de conhecimentos podem ter contribuído para fortalecer o relacionamento entre o Brasil e os diversos países africanos.

3 COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTOS ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

3.1 HISTÓRICO

É possível afirmar que, a partir da década de 1990, o Brasil chegou a um razoável consenso de que uma das principais barreiras de acesso aos alimentos é a insuficiência de renda (Ipea 2007). Por esse motivo, um dos principais pilares da estratégia Fome Zero de 2003 foi garantir a segurança de renda para todos os brasileiros. O programa mais importante dessa estratégia é o programa de transferência de renda Bolsa Família. Adicionalmente, o apoio produtivo para os agricultores familiares mediante demanda institucional (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) e o crédito subsidiado (Pronaf) foram previstos no intuito de estabelecer um conjunto de políticas para melhorar a segurança alimentar no país, especialmente entre os segmentos mais vulneráveis da população, e para assegurar a renda dos agricultores familiares. Em 2004, o Governo Federal criou o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com vistas a elaborar as estratégias de combate à pobreza e à insegurança alimentar e centralizar sua gestão sob a jurisdição de um único ministério. Além disso, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004, reconheceu oficialmente a segurança alimentar e nutricional como um pilar fundamental do sistema de proteção social brasileiro (ibid.).

Na África subsaariana, após várias tentativas fracassadas de lidar com a insegurança alimentar por meio de intervenções públicas de estabilização da oferta e dos preços dos alimentos, os governos da região optaram por implementar programas direcionados, especificamente às famílias mais pobres e vulneráveis (DEVEREUX, 2012). A óbvia ligação entre a proteção social e a segurança alimentar e nutricional explica, em grande parte, por que os intercâmbios entre o Brasil e os países africanos estiveram concentrados nessas duas áreas de políticas. Paralelamente, a expansão internacional da cooperação Sul-Sul, amplamente defendida pelo Brasil ao estimular intercâmbios mais intensos entre os países do eixo sul com base no sucesso de suas políticas sociais (AYLLÓN PINO, 2013), também ajuda a explicar o fortalecimento dos laços entre o Brasil e a África.

Diversos acadêmicos e agências de desenvolvimento destacaram que as políticas e os programas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional brasileiros são experiências bem-sucedidas (2013). Nesse sentido, a ampliação dos programas de transferência de renda e as políticas inovadoras nas áreas de segurança alimentar e nutricional estão chamando a atenção de muitos países em todo mundo. Na verdade, o impacto de algumas dessas políticas na pobreza, na desigualdade e na vulnerabilidade sugere que esses programas foram extremamente efetivos no contexto brasileiro (ILO, 2014; WORLD BANK, 2014; SOARES et al., 2010; CLARET CAMPOS FILHO, 2009; SILVEIRA NETO; AZZONI, 2013).

O Brasil passou a se relacionar mais estreitamente com os países em desenvolvimento a partir da década de 1970. Contudo, foi apenas entre 2001 e 2005, com a implementação dos principais programas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional, que o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu a cooperação Sul-Sul como prioridade da política externa brasileira (LEITE; SUYAMA; POMEROY, 2013). Em 1996, a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ajudou a fomentar a cooperação técnica com alguns países da África subsaariana. Posteriormente, entre 2005 e 2010, o governo brasileiro ampliou sua cooperação Sul-Sul para contemplar outros países da África, transformando o continente no principal destino de cooperação técnica brasileira com países em desenvolvimento à época (ibid.).

Em virtude do crescente interesse dos países africanos nas políticas brasileiras de proteção social e do compromisso assumido pelo Brasil de disseminar sua experiência no combate à fome e à pobreza extrema por meio da cooperação Sul-Sul (MDS, 2005), a partir da metade dos anos 2000, estabeleceu-se um intenso intercâmbio de conhecimentos com países africanos com o apoio de diferentes organizações.

A criação de centros internacionais (como o Centro Internacional de Pobreza – IPC, o atual IPC-IG, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; e o Centro de Excelência contra a Fome, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos – PMA) e de programas de compartilhamento de conhecimentos para cooperação humanitária (especificamente, o projeto PAA África e, mais recentemente, a Iniciativa por um Mundo sem Pobreza) é um exemplo do engajamento do governo brasileiro com organizações internacionais multilaterais para apoiar o compartilhamento de conhecimentos nas áreas de proteção social, de segurança alimentar e nutricional e de combate à fome.

O primeiro documento a formalizar esse novo foco na cooperação entre o Brasil e um país africano é a Carta de Intenções assinada pelos governos do Brasil e do Senegal em 2005. O documento ressalta a importância da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento rural e reconhece que a cooperação entre países é um mecanismo fundamental para alcançar objetivos em comum. O acordo formalizou a cooperação entre esses dois países pelo período de 10 anos (nas áreas de segurança alimentar, agricultura familiar, energia, capacitação e tecnologia) com o apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), do Ministério da Agricultura do Senegal e de vários ministérios brasileiros, incluindo o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDSA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) (MDS, 2005).

Os países africanos já demonstraram interesse em aprender mais sobre o sistema de proteção social brasileiro em inúmeras ocasiões. A título de exemplo, em 2006, os especialistas do MDS em proteção social Bruno Câmara e Maria José Freitas foram convidados a participar da conferência regional intergovernamental "Uma agenda transformadora para o Século 21:

Examinando o caso da proteção social básica na África", realizada em Livingstone, na Zâmbia. A declaração final dessa conferência, promovida conjuntamente pelo governo da República da Zâmbia e pela União Africana, reivindicava "maior cooperação entre os países da África e de outros continentes no compartilhamento e no intercâmbio de informações, assim como mais experiências e ações nas áreas de proteção social e de transferência de renda". É importante ressaltar que o Brasil foi o único país participante de fora do continente africano (AFRICAN UNION, 2006).

Ainda em 2006, o MDS lançou o Programa África-Brasil de Desenvolvimento Social, com o apoio do Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) e do IPC-IG. Um dos principais resultados desse programa de cooperação foi o apoio oferecido ao governo ganense para criar e implementar o Programa *Livelihood Empowerment Against Poverty* (LEAP).[4]

Após a Declaração de Livingstone, vários eventos no continente africano contribuíram para fortalecer as bases e para estimular a criação e a implementação de sistemas de proteção social para abordar as necessidades das pessoas mais vulneráveis. Representantes do governo brasileiro foram convidados para participar desses eventos e a dar suas contribuições por meio de atividades de compartilhamento de conhecimentos focadas no sistema de proteção social brasileiro.

Em setembro de 2006, foi realizado um *workshop* internacional sobre envelhecimento em Camarões e, em março de 2008, a União Africana e a Organização HelpAge International organizaram reuniões nacionais em seis países africanos (Burquina Faso, Ruanda, Moçambique, Serra Leoa, Camarões e Tunísia) para avaliar a situação das políticas e dos programas de proteção social em cada um desses países (IPC-IG, 2008). Após esses eventos, o esforço conjunto de vários países possibilitou a organização de três conferências regionais – na África Oriental e Austral (realizada em Uganda), na África Setentrional (realizada no Egito) e na África Ocidental (realizada no Senegal). Essas iniciativas ampliaram os estímulos para o intercâmbio de conhecimentos entre os países africanos e o Brasil, como ainda será demonstrado (ibid.).

Durante o ano de 2008, foi implementada a segunda fase do acordo do Programa África-Brasil de Desenvolvimento Social firmado entre o MDS, o DFID e o IPC-IG. Dessa forma, representantes do governo brasileiro, especialmente do MDS, participaram de consultas regionais realizadas em diversas regiões africanas em preparação para a Reunião Ministerial sobre Programas de Desenvolvimento Social. Em abril de 2008, representantes de 16 países, de organizações não governamentais, de organizações internacionais e do governo brasileiro participaram da reunião regional de especialistas da África Oriental e Austral, em Uganda, como parte desse processo. Três representantes do MDS (Bruno Câmara Pinto, José Cesar de Medeiros e Celso Augusto Rodrigues Soares) e um representante do IPC-IG (Fábio Veras Soares) participaram dessa reunião. Os especialistas do MDS fizeram apresentações, compartilhando a experiência dos programas de proteção social brasileiros.[5]

A reunião dos especialistas da África setentrional ocorreu no Egito e contou com a participação de representantes dos governos do Egito, da Tunísia, da Libéria, da Argélia, da Líbia e de Zâmbia. Nesse caso, uma representante do IPC-IG (Melissa Andrade) também participou da reunião e informou os países envolvidos a respeito do Programa Brasil-África de Cooperação em Proteção Social (ibid.).

Por fim, em junho de 2008, o Senegal sediou a terceira reunião regional de especialistas, promovida pela União Africana. O encontro contou com representantes do MDS, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (Mario Theodoro), da coordenação do Ipea no IPC-IG (Milko Matijascic) e do membro da equipe do IPC-IG responsável pelo Programa Brasil-África de Cooperação em Proteção Social (Melissa Andrade), que apresentou as principais características do sistema de proteção social no Brasil (ibid.).

As recomendações produzidas nessas três conferências regionais foram apresentadas, formalmente, na primeira Reunião Ministerial sobre Proteção Social na África, realizada na Namíbia em 2008. O encontro reuniu todos os ministérios africanos responsáveis pelo desenvolvimento social. À época, o Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil (Patrus Ananias) também participou da reunião e pôde compartilhar a experiência brasileira. Na ocasião, Ananias confirmou o compromisso brasileiro com a cooperação Sul-Sul para melhorar as condições sociais nos países africanos (DFID, n.d.). A União Africana também manifestou interesse em aprender mais sobre outras experiências na área de proteção social e fez a seguinte recomendação: "Os Estados Membros devem tirar proveito da [...] cooperação Sul-Sul e das melhores práticas regionais e internacionais" (AFRICAN UNION, 2008).

Muitos eventos e iniciativas foram organizados em 2008, fazendo desse um ano muito importante para a cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a África. No marco do Programa Brasil-África de Cooperação em Proteção Social, delegações de Angola, Gana, Quênia, Moçambique, Namíbia e Nigéria foram ao Brasil para uma visita de estudos organizada pelo MDS e patrocinada pelo IPC-IG e pelo DFID (IPC-IG, 2009a). Em junho de 2009, uma representante do MDS (Lídia Gomes) foi convidada para o IV Fórum Nacional da Criança em Angola, no qual compartilhou informações sobre o Cadastro Único de Assistência Social do Brasil. Após a reunião, o Ministério de Assistência e Reintegração Social de Angola apresentou uma proposta para criar um sistema nacional de proteção social com o apoio do UNICEF e do governo brasileiro (IPC-IG, 2009b). Em agosto de 2009, o Brasil e o Quênia demonstraram interesse em firmar um acordo de cooperação para promover a criação do Cadastro Único do Quênia e o desenvolvimento de um sistema efetivo de monitoramento e de avaliação, além de fomentar a coordenação intersetorial dos programas no Quênia (ibid.). Além disso, o governo de Moçambique expressou interesse em receber apoio do Brasil para desenvolver os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e um banco de dados comum para melhorar os mecanismos de monitoramento e de avaliação e para implementar iniciativas de segurança alimentar e nutricional parecidas com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) brasileiro (ibid).

As visitas de estudos organizadas no Brasil proporcionaram mais que oportunidades de aprendizagem sobre os programas brasileiros para os países africanos: elas também contribuíram para criar uma rede entre os países da África. Durante as visitas de estudos no Brasil em agosto de 2009, por exemplo, representantes do Quênia e de Gana começaram a compartilhar as próprias experiências e a aprender sobre as iniciativas desenvolvidas por suas contrapartes (IPC-IG, 2009c).

Ainda assim, em vários casos, a experiência vivenciada pelo Brasil e pelos países africanos no processo de criação de instrumentos de proteção social específicos não tomou forma de um acordo ou de um plano estruturado. A troca de experiências durante as visitas de estudos propiciou condições para a formalização de atividades de cooperação Sul-Sul entre os países envolvidos apenas em alguns casos pontuais. Após uma delegação egípcia realizar uma visita de campo no Brasil, em 2007, uma Carta de Intenções foi firmada entre o MDS brasileiro e o

Ministério de Solidariedade Social do Egito. Os dois ministérios comprometeram-se a fomentar a cooperação Sul-Sul na área de programas sociais (com foco específico nos métodos de identificação de grupos vulneráveis) por meio de visitas de campo e da troca de conhecimentos e de pesquisas (MDS, 2007). Em 2009, a Angola também firmou um acordo de cooperação com o Brasil nas áreas de proteção social, assistência social, inclusão social e capacitação de assistentes sociais e técnicos (MDS, 2009).

Apesar disso, os compromissos mencionados nessas Cartas de Intenções (Brasil e Senegal em 2005, Brasil e Egito em 2007, e Brasil e Angola em 2009) não foram seguidos de iniciativas formais para implementar ações concretas. Portanto, apesar do fortalecimento das relações e das declarações políticas sobre proteção social feitas pelo Brasil e pelos países africanos, em muitos casos, esses compromissos não receberam o devido apoio ou sequer foram implementados.

Em 2010, o Governo Federal realizou vários seminários internacionais sobre políticas sociais para o desenvolvimento (para atender à demanda crescente dos países estrangeiros por mais informações sobre o sistema brasileiro de proteção social) com a participação de mais de 45 países africanos (IPC-IG, 2013). Após a conclusão do Programa África-Brasil de Desenvolvimento Social, o governo brasileiro continuou a convidar delegações africanas para visitas de estudos. Em alguns casos, essas iniciativas foram patrocinadas por agências diversas, como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Centro de Excelência contra a Fome do PMA e outras organizações multilaterais e bilaterais.

Em 2010, a conferência "Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural" revelou novas possibilidades de cooperação na área de segurança alimentar e nutricional. Segundo Leite, Suyama e Pomeroy (2013), em 2012 houve um ponto de inflexão na cooperação entre o Brasil e a África. O foco da cooperação migrou dos programas de transferência de renda (notadamente, o Bolsa Família) para os programas de segurança alimentar e nutricional – especialmente o programa PAA. Na verdade, pilotos do PAA já estavam sendo implementados na Etiópia, em Malauí, em Moçambique, no Níger e em Senegal em 2012. Essa mudança pode ter sido provocada por vários fatores políticos e técnicos, como o nível de pertinência de certos programas no combate à fome no contexto africano, um melhor conhecimento do cenário africano e a criação de novas parcerias com atores externos (ibid.). Vale ressaltar que muitos programas de segurança alimentar e nutricional, como a iniciativa PNAE, foram patrocinados por atores externos, como a FAO e o PMA, que, por sua vez, facilitaram a cooperação entre o Brasil e os países africanos. A Tabela 1 resume os principais eventos que caracterizaram os intercâmbios entre o Brasil e a África.

Torna-se nítido que os representantes brasileiros participaram ativamente dos primeiros eventos, quando os países africanos passaram a definir a proteção social como um direito humano e a cooperação Sul-Sul como um meio de alcançar objetivos comuns relativos às políticas sociais. O desenvolvimento dessa cooperação destaca o papel preponderante do governo brasileiro na promoção da proteção social como forma de erradicar a pobreza e a fome na África.

TABELA 1

Linha do Tempo da Cooperação Brasil-África em Proteção Social e Segurança Alimentar

Datas	Principais eventos	Atores envolvidos
1970	Engajamento brasileiro na Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)	Governo brasileiro
1997-2001	A criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, ajuda a disseminar informações sobre as experiências brasileiras e a estimular a cooperação técnica com os países de língua portuguesa em Salvador	Governo brasileiro (Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso)
2001-2005	A cooperação em desenvolvimento social aumenta e o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva define a cooperação Sul-Sul como prioridade da política externa brasileira	Governo brasileiro (Governo do Presidente Lula)
2003-2004	Criação do Programa Bolsa Família (PBF), do Programa PAA e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	
2005-2010	Ampliação do foco brasileiro para incluir toda a África – Países africanos tornam-se o principal destino da cooperação Sul-Sul brasileira	Governo brasileiro
2005	A Embrapa abre seu escritório em Gana (Acra)	Embrapa
2005	Carta de Intenções para cooperação em proteção social entre o Brasil e o Senegal	Governos brasileiro e senegalense
2006	Bruno Câmara Pinto (MDS/Senarc) e Maria José Freitas (MDS/SNAS), representantes do governo brasileiro, participam da conferência em Livingstone. Durante essa conferência, os países africanos reconhecem a proteção social como um direito humano	Governos africanos MDS Senarc SNAS
2006	Programa África-Brasil de Desenvolvimento Social	MDS DFID IPC-IG
2006	O Ministério do Trabalho, Juventude e Emprego de Gana solicita um especialista brasileiro em programas de transferência de renda com experiência na criação e implementação de programas de proteção social	Governo ganense MDS DFID IPC-IG
2007	Carta de Intenções para cooperação em proteção social entre o Brasil e o Egito	Governos brasileiro e egípcio
2008	Representantes do MDS e do IPC apresentam a experiência brasileira nas três conferências regionais africanas (Egito, Uganda e Senegal) sobre proteção social	MDS IPC-IG Governos africanos
2008	Participação de Patrus Ananias, do MDS, na conferência da União Africana de ministros responsáveis pelo desenvolvimento social, na Namíbia. Durante essa conferência, os países africanos expressam interesse em aprender com as melhores práticas na área de proteção social	União Africana
2008	O governo de Gana implementa o Programa *Livelihood Empowerment Against Poverty* (LEAP)	Governo ganense
2009	Carta de Intenções entre Brasil e Angola para cooperação em proteção social	Governos brasileiro e angolano
2010	Coleta, sistematização e publicação parcial de dados sobre o engajamento brasileiro na cooperação internacional	Casa Civil da Presidência da República do Brasil Ipea ABC

→

2010	O Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural é realizado em Brasília Os governos concordam em implementar 10 programas-piloto sobre aquisição pública de alimentos, ampliação dos programas de alimentação escolar e apoio à modernização da agricultura familiar na África	MDS MDA FAO PMA DFID
2011	O PMA e o governo brasileiro estabelecem o Centro de Excelência Contra a Fome como uma ponte Sul-Sul contra a insegurança alimentar – Desde 2011, vários países africanos já participaram de visitas de estudos ao Brasil	PMA Governo brasileiro
2011	O governo queniano e representantes da ABC, do MDS e do DFID firmam um plano de trabalho de cooperação. Representantes quenianos visitam o Brasil e discutem mecanismos de cooperação para criar um cadastro único no Quênia	Governo queniano ABC MDS
2011	Criação da Comunidade de Prática da África sobre Programas de Transferência de Renda e de Transferência Condicionada de Renda	Banco Mundial UNICEF IPC-IG
2012	Seminário Internacional sobre o Papel da Cooperação Sul-Sul no Desenvolvimento Agrícola na África	IPC-IG Future Agricultures Consortium DFID ONU Mulheres Articulação Sul Cirad
2012	Seminário Internacional Desenvolvimentos Recentes no Papel e no Desenho de Programas de Proteção Social – Um Diálogo Político, *Workshop* de Especialistas e Evento de Aprendizagem sobre Cooperação Sul-Sul	IPC-IG
2012	Implementação do programa de aquisição de alimentos africano (*Purchase from Africans for Africa* – PAA África) – Mudança de foco dos programas de transferência de renda para os programas de segurança alimentar e nutricional	CGFome FAO PMA DFID ABC MDA
2012	Início da série de seminários internacionais sobre Políticas Sociais para o Desenvolvimento – Até o momento, 10 seminários foram realizados com a participação de delegações de 45 países africanos	MDS
2013	Parceria renovada para uma Abordagem Unificada para Erradicar a Fome na África até 2025, sob o marco do Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola da África	União Africana FAO Instituto Lula
2014	Reunião da Comunidade de Prática da África sobre Programas de Transferência de Renda e de Transferência Condicionada de Renda, realizada em Fortaleza, Brasil	Banco Mundial UNICEF IPC-IG
2014	5º Fórum de Aprendizagem sobre Cooperação Sul-Sul (Proteção Social e Trabalho), realizado no Rio de Janeiro	Banco Mundial Governo brasileiro
2015	Seminário Internacional sobre Proteção Social na África, realizado no Senegal	União Africana CGFome (Itamaraty) Instituto Lula PNUD RIO+

Fontes: Elaboração dos autores, com base em Leite, Suyama e Pomeroy (2013); Perch et al. (2012); IPC (2008); IPC-IG (2009b); World Bank (n.d.); African Union, FAO e Instituto Lula (2013); WFP (2011).

3.2 INSTRUMENTOS PARA COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTOS E DESAFIOS

Conforme demonstrado no capítulo anterior, a cooperação nas áreas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional assumiu diferentes formatos e foi realizada por muitos instrumentos, como mostra a Tabela 2. O Brasil e os países africanos participaram de diversos eventos e iniciativas para compartilhar as respectivas experiências, mas poucos programas estruturados foram criados.

TABELA 2

Instrumentos utilizados na Cooperação Brasil-África em Proteção Social e Segurança Alimentar

Instrumentos	**Atividades**
Pesquisa	• Material informativo • Pesquisas e documentos produzidos e traduzidos para vários idiomas
Programas formais de cooperação	• Programa Brasil-África de Desenvolvimento Social • PAA África • Brasil e África: combatendo a pobreza e o empoderando das mulheres por meio da Cooperação Sul-Sul (DFID) • Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE – Ministério da Educação, Centro de Excelência contra a Fome do PMA, DFID e ABC)
Eventos	• Seminários e *workshops* internacionais brasileiros • Visitas de campo de formuladores de políticas africanos ao Brasil • Participação brasileira em conferências africanas e visitas de estudos
Apoio técnico	• Compartilhamento de conhecimentos específicos sobre a experiência brasileira com países africanos, inclusive visitas de especialistas brasileiros a esses países.
Disseminação de conhecimentos e/ou plataformas *online*	• Artigos com informações sobre as políticas sociais brasileiras • *Site* do Bolsa Família • WWP • Articulação SUL • Projeto Iriba • Socialprotection.org

Leite, Suyama e Trajber Waisbich (2013) identificaram vários problemas na estruturação de um plano de cooperação do lado brasileiro: a falta de clareza nas ligações entre os instrumentos clássicos de cooperação técnica e os novos instrumentos de compartilhamento de conhecimentos; a necessidade de maior transparência na definição das prioridades e das abordagens do governo brasileiro; a falta de um marco jurídico para a cooperação técnica; a falta de documentos e de literatura sobre a questão, o que impede a avaliação das ações implementadas no passado; o fato da cooperação Sul-Sul ser implementada por servidores públicos que são, geralmente, realocados para outras áreas e, por isso, não conseguem assegurar a implementação de estratégias de longo prazo com suas contrapartes; e o fato dos servidores públicos estarem sobrecarregados com o trabalho interno e não conseguirem reservar tempo para aprimorar suas habilidades em ambientes interculturais. Bolfarine Caixeta e Suyama (2015) ainda fazem outra ressalva: a necessidade de especialistas em áreas específicas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional que também tenham experiência com cooperação Sul-Sul e com relações internacionais para atender às demandas

dos países africanos. Além de todos esses desafios, questões como a instabilidade política e institucional de vários países africanos, a falta de recursos do governo brasileiro e as barreiras linguísticas também limitaram o intercâmbio entre o Brasil e os países africanos.

No próximo capítulo, será analisada a influência do compartilhamento de conhecimentos nas áreas de proteção social e de segurança alimentar com base nas experiências e nos pontos de vista de diversos formuladores de políticas africanos.

4 A INFLUÊNCIA DO COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTOS BRASILEIROS NA PROTEÇÃO SOCIAL E NA SEGURANÇA ALIMENTAR NA ÁFRICA

A análise da influência do compartilhamento de conhecimentos entre o Brasil e os países africanos nas áreas de segurança alimentar e de proteção social é uma tarefa difícil por vários motivos. Em razão da natureza heterogênea dos canais de compartilhamento de conhecimentos, é impossível avaliar quantitativamente o impacto nos países africanos. Além disso, as trocas entre os países africanos e o Brasil não foram bem documentadas. Consequentemente, os dados estão fragmentados e nem sempre são acessíveis. O objetivo, nesta seção, é apresentar uma visão geral sobre como os países africanos se inspiraram no modelo de proteção social brasileiro e destacar os principais desafios enfrentados durante o compartilhamento de conhecimentos.

Em razão da escassez de dados consolidados sobre o compartilhamento de conhecimentos entre o Brasil e os países africanos, o IPC-IG convidou formuladores de políticas africanos com experiência em proteção social e segurança alimentar e nutricional para participar de uma discussão *online* e, posteriormente, responder uma pesquisa sobre a cooperação entre seus países e o Brasil. Convites foram enviados a formuladores de políticas africanos que já haviam representado seus países em visitas de estudos, seminários internacionais e/ou comunidades de prática em programas de transferência de renda. Para compilar uma lista de contatos dos formuladores de políticas africanos com experiência em proteção social e segurança alimentar, realizou-se um mapeamento extensivo dos respectivos ministérios para identificar os pontos focais de cada um dos países envolvidos. Essa lista foi complementada pelos contatos internos do próprio IPC-IG e por resultados de pesquisas na internet para identificar as listas de participantes de reuniões e de seminários relevantes nas áreas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional. Subsequentemente, pediu-se a esses contatos que sugerissem nomes de outras pessoas que poderiam fornecer mais informações confiáveis e relevantes para a pesquisa.[6]

A pesquisa foi elaborada em três idiomas (inglês, francês e português) e enviada a 308 representantes de 36 países africanos, à União Africana e à Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).[7] A discussão *online* reuniu 36 representantes de 21 países africanos, mas apenas os representantes de oito países participaram ativamente – Ruanda, Zimbábue, Gana, Mauritânia, Madagascar (dois membros), Benin, República do Congo e África do Sul. Ao todo, foram feitas 26 contribuições. Em virtude do pequeno número de países envolvidos em comparação ao número de países registrados, foi projetada e implementada uma pesquisa com o objetivo de atingir um número maior de formuladores de políticas. Essa estratégia foi bem-sucedida, tendo em vista que recebemos respostas de 43 representantes de 21 países africanos. Aproximadamente 74 por cento dos entrevistados

trabalham especificamente com políticas e programas de proteção social, enquanto os 26 por cento restantes trabalham em instituições responsáveis pela implementação de políticas e de programas de segurança alimentar e nutricional.

A maioria dos participantes era de países anglófonos (51 por cento): Etiópia, Gana, Quênia, Lesoto, Libéria, Malauí, Nigéria, Ruanda, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue; seguidos pelos francófonos (42 por cento): Camarões, Costa do Marfim, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger e Togo. Os países lusófonos totalizaram 7 por cento dos entrevistados. É importante ressaltar a baixa participação dos países lusófonos e também o fato de três dos participantes serem oriundos de Cabo Verde. Não houve participantes de Moçambique e Angola, parceiros tradicionais do Brasil na área de cooperação técnica e países que se beneficiariam enormemente do compartilhamento de conhecimentos em razão do idioma em comum.

4.1 PERCEPÇÕES DOS PAÍSES AFRICANOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E DAS INICIATIVAS DE COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTOS

Por meio da discussão *online* e da pesquisa, 24 países africanos expressaram suas opiniões sobre a cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a África nas áreas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional. Os entrevistados responderam a quatro questões na discussão *online* e a 18 perguntas na pesquisa. [8]

De acordo com vários representantes africanos, o compartilhamento de conhecimentos com o Brasil promoveu o progresso e o desenvolvimento de novas abordagens. Essa iniciativa deve ser considerada "essencial para a evolução da proteção social" em seus países, pois reforça a confiança no papel dos programas de transferência de renda na redução da pobreza e na promoção da educação. Além disso, o engajamento do governo brasileiro contribuiu para melhorar o comprometimento dos líderes africanos no sentido de fortalecer os sistemas de proteção social. Com base nas respostas dos representantes africanos para a pesquisa, é possível depreender que as principais lições aprendidas do intercâmbio com o Brasil estão relacionadas à importância de coordenar as intervenções por meio de um banco de dados centralizado, à necessidade de regulamentação e de reconhecimento dos programas de proteção social e à necessidade de se obter o compromisso do alto escalão do governo para garantir sistemas de proteção social fortes e resilientes.

Todos os entrevistados afirmaram que já estiveram envolvidos em atividades de compartilhamento de conhecimentos com o governo brasileiro. Vários deles participaram de visitas de campo ao Brasil e de seminários e conferências internacionais sobre a experiência brasileira. Ainda assim, aparentemente, poucos países (Gana, Quênia, Ruanda, Madagascar e Cabo Verde) disseram ter recebido apoio técnico formal de instituições brasileiras na implementação de seus programas e políticas de proteção social. Eles reconheceram, no entanto, que as iniciativas de compartilhamento de conhecimentos, como conferências, *workshops* e, especialmente, as visitas de campo, ajudaram a disseminar as inovações brasileiras, a compartilhar as experiências entre os países e a inspirar novas ações.

Diversos países destacaram o papel positivo do MDS na promoção das iniciativas de compartilhamento de conhecimentos, mas muitos também reconheceram que as agências internacionais (Banco Mundial, FAO, PMA, DFID e IPC-IG) desempenharam um papel preponderante e facilitaram os processos de aprendizagem e de intercâmbio sobre o sistema de proteção social brasileiro.

4.2 MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS E DOS INSTRUMENTOS INSPIRADOS NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

4.2.1 Programas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional

A literatura sobre a cooperação Sul-Sul geralmente cita o programa ganense LEAP como o exemplo mais claro dos resultados da cooperação entre o Brasil e os países africanos (LEITE, SUYAMA; POMEROY 2013; IPC, 2008). Na verdade, o Programa LEAP foi inspirado na experiência brasileira e sua criação recebeu apoio concreto de atores brasileiros, como o MDS, e também de agências estrangeiras – notadamente, o DFID e o IPC. No entanto, vários outros países também se beneficiaram do compartilhamento de conhecimentos com o Brasil.

Em razão das visitas de campo e das iniciativas de intercâmbio com o Brasil sobre o Programa Bolsa Família (PBF), realizadas sob o marco do Programa África-Brasil de Desenvolvimento Social, o Ministério de Gênero, da Criança e de Desenvolvimento Social do Quênia identificou a necessidade de harmonizar os diferentes programas de transferência de renda e unificá-los em uma única política (IPC-IG, 2009c). Dessa forma, a Política Nacional de Proteção Social do Quênia (NSPP), também inspirada no modelo brasileiro, foi criada em 2011 e regulamentou uma estrutura que reúne cinco programas sociais de transferência (a Transferência de Renda para Crianças Órfãs e Vulneráveis, a Rede de Segurança Contra a Fome, a Transferência de Renda para Idosos, o Subsídio de Alimentação Urbana e a Transferência de Renda para Pessoas com Deficiências Severas). A NSPP foi instituída por lei no art. 43 da Constituição do Quênia, estipulando que o Estado deve "prover seguridade social adequada às pessoas impossibilitadas de sustentarem a si mesmas ou a seus dependentes" (MINISTÉRIO DE GÊNERO, DA CRIANÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2011). O Banco Mundial apoiou o desenvolvimento da política mediante acordo financeiro (WORLD BANK, 2012).

Em 2013, o governo de Cabo Verde começou a desenhar e a implementar um programa de transferência de renda inspirado na experiência brasileira (OPLOP, 2013). O IPC-IG e o Ipea apoiaram o desenvolvimento desse projeto.

Além dos resultados obtidos por compartilhamento de conhecimentos brasileiros na área de transferências sociais, vários países se inspiraram em outras características da estratégia brasileira para combater a fome e a insegurança alimentar. Diversos países em desenvolvimento, por exemplo, demonstraram interesse no modelo do programa nacional de alimentação escolar adotado no Brasil (iniciado em 1955).[9] Desde sua fundação, em 2011, o Centro de Excelência contra a Fome do PMA criou uma ponte Sul-Sul entre os países em desenvolvimento e o Brasil na área de programas de alimentação escolar. De acordo com o PMA (2013), os sistemas de proteção social mais bem-sucedidos e mais amplamente replicados (e.g. no Brasil e no México) incluem os programas de alimentação escolar como um elemento central, confirmando a forte ligação entre as políticas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional.[10]

Em vários casos, o conhecimento compartilhado e promovido pelo Centro de Excelência contra a Fome do PMA resultou em acordos entre o Centro e as delegações visitantes para desenvolver programas de alimentação escolar. Após uma visita de estudos ao Brasil, representantes do governo de Ruanda decidiram implementar um programa de alimentação escolar com base na agricultura de subsistência e inspirado no modelo brasileiro, para o qual

receberam apoio técnico e financeiro do PMA (WFP, 2012b). Esse fato também ocorreu em Burundi, Níger, Zâmbia, Gâmbia, Lesoto, Malauí, Moçambique, Guiné-Conacri e Gana (WFP, 2014; 2013b; 2012).

Além disso, o órgão humanitário brasileiro, CGFome, em conjunto com o MDS, o PMA, a FAO e com o apoio do DFID, possibilitou a implementação dos programas-piloto do PAA África, inspirados na experiência brasileira do PAA. O PAA África foi implementado como um programa-piloto em cinco países africanos: Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal (IPC-IG, 2014). A estratégia brasileira do Fome Zero também serviu de inspiração para programas de alimentação escolar similares no Malauí e em São Tomé e Príncipe com o apoio da FAO e da ABC (FAO 2014; 2015).

Dessa forma, torna-se nítido que a influência do compartilhamento de conhecimentos entre o Brasil e a África é difícil de mapear. De acordo com os representantes africanos, existem vários programas inspirados na experiência brasileira. No entanto, em virtude da inexistência de acordos formais de cooperação, não há um registro dos efeitos de tais intercâmbios.

No caso de Madagascar, por exemplo, os conhecimentos compartilhados com o Brasil contribuíram para a implementação de ações concretas no país, como a criação de um programa de transferências condicionadas de renda para promover a educação e a nutrição; os programas de transferência de renda condicionada ao trabalho inspirados no modelo brasileiro de agricultura familiar; o desenvolvimento de uma política nacional de proteção social; a estratégia nacional de 10 anos; e o projeto de coordenação dos programas de proteção social existentes. Outros países explicitamente relataram que se inspiraram na experiência brasileira, adquirida por meio do compartilhamento de conhecimentos, para desenvolver seus programas de proteção social, apesar de não terem recebido apoio concreto do governo brasileiro. Alguns exemplos são o programa de transferências sociais da Mauritânia (apoiado pelo Banco Mundial); a Estratégia Nacional de Proteção Social e o programa de transferência de renda da Costa do Marfim; e a Rede Nacional de Segurança do Mali. Em outros casos, como no programa-piloto de transferência de renda de Burquina Faso, a cooperação com o Brasil ajudou os países a melhorar seus programas existentes.[11] Representantes da Nigéria reconheceram que as Operações de Apoio Social e de Empregos para Jovens (*Youth Employment and Social Support Operations* – YESSO) "foram amplamente baseadas nas lições aprendidas com a experiência brasileira e os eventos de aprendizagem sobre cooperação Sul-Sul", apesar de essas ações terem sido adaptadas e implementadas pelo Banco Mundial sem o apoio de instituições brasileiras.

4.2.2 O Cadastro Único e sistemas de monitoramento e de informação

Vários representantes africanos definiram o Cadastro Único como um dos instrumentos de proteção social brasileiros mais interessantes e disseram ter se inspirado nesse modelo para desenvolver ferramentas parecidas nos próprios países. Gana, Quênia e Cabo Verde receberam apoio técnico de instituições brasileiras para desenvolver esse instrumento. Em Gana, o Departamento de Bem-Estar Social está desenvolvendo o Cadastro Domiciliar Nacional e recebeu apoio do MDS e do IPC para iniciar o projeto (IPC, 2008).

Sob o marco do Programa África-Brasil de Desenvolvimento Social, uma delegação brasileira também apresentou as principais características do Cadastro Único no Quênia. Aparentemente, o país analisou o modelo conceitual do Cadastro Único brasileiro, mas não recebeu apoio técnico formal do governo do Brasil. O cadastro único do Quênia já está em

pleno funcionamento e permite a coordenação e interação entre os principais programas de assistência social do país (a Rede de Segurança contra a Fome, o Programa para Pessoas com Deficiências Severas, a Transferência de Renda para Idosos, o Subsídio de Alimentação Urbana e a Transferência de Renda para Crianças Órfãs e Vulneráveis) (BARCA; CHIRCHIR, 2014).

Em Cabo Verde, o desenvolvimento de um cadastro único está em fase de conclusão e recebeu apoio de um projeto de cooperação técnica entre as Nações Unidas de Cabo Verde, o IPC-IG e o Ipea.

Os representantes de Lesoto declararam que seu Sistema Nacional de Informações sobre Assistência Social (NISSA) foi inspirado, principalmente, no Cadastro Único brasileiro. Na verdade, o UNICEF apoiou a criação do NISSA em Lesoto e facilitou a participação dos representantes do país em reuniões virtuais e em visitas de estudos ao Brasil, além de intercâmbios com o Quênia. Esse fato possibilitou que o país aprendesse e se inspirasse nos modelos de outros cadastros únicos (UNICEF, 2014).

Os representantes de outros países relataram que o Sistema Único brasileiro serviu de inspiração para as próprias ações em razão das iniciativas de compartilhamento de conhecimentos e do apoio recebido de agências internacionais. Ainda assim, eles não receberam apoio técnico formal das instituições brasileiras para desenvolverem suas ferramentas. Na Nigéria, por exemplo, o cadastro único YESSO foi estabelecido em sete estados (25 governos locais e 210 comunidades) e é parcialmente fundamentado nos módulos brasileiros usados para a coleta de informações abrangentes sobre as famílias carentes. O governo da Mauritânia também está implementando um "cadastro social" parcialmente inspirado no modelo brasileiro, com o apoio técnico do Banco Mundial. Por fim, Mali está iniciando o desenvolvimento de um cadastro único e também considera o programa brasileiro um exemplo relevante.[12]

4.2.3 Centro de Referência de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social[13]

De modo a otimizar o acesso dos beneficiários – atuais e em potencial – e melhorar a gestão dos programas de proteção social, vários países analisaram os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Gana, por exemplo, possui centros de referência administrados pelo Departamento de Bem-Estar Social. Estimulado pela experiência brasileira, o governo do país decidiu fortalecer esses centros em âmbito local de forma a melhorar a assistência oferecida aos beneficiários na área de proteção social. Os representantes do Quênia aprenderam sobre o CRAS e o SUAS durante a visita de estudos ao Brasil. Nesse caso, seu Programa Nacional de Redes de Segurança fundamenta-se em serviços similares. Em Cabo Verde, os Centros de Desenvolvimento Social foram implementados com o apoio dos consultores brasileiros e do UNICEF.

Lesoto também desenvolveu um programa inovador chamado *one-stop shop* (GOVERNMENT OF THE KING OF LESOTHO, 2015) em âmbito de coordenação subnacional. Os beneficiários recorrem a esses centros para receber assistência e acesso aos programas de proteção social. O projeto foi iniciado após a realização de análises de como os centros de referência funcionavam em outros contextos.

Aparentemente, a Costa do Marfim também possui centros sociais com funcionários qualificados para atender aos beneficiários de programas de transferência de renda. Ao mesmo tempo, a Mauritânia também facilita o acesso das famílias mais pobres aos serviços sociais por meio da agência nacional Tadamoun, ligada ao Programa Nacional de Transferência Sociais.

4.2.4 Outras estratégias e instrumentos que serviram de inspiração para os países africanos[14]

O Programa Bolsa Família, o PNAE, o PAA e o Cadastro Único costumam ser chamados de programas inspiradores. Ainda assim, existem vários instrumentos brasileiros de proteção social que influenciaram outros países em desenvolvimento, apesar da escassez de literatura para sustentar essa afirmação.

A estratégia brasileira de priorizar as crianças na escola como forma de reduzir a insegurança alimentar serviu de inspiração para a Zâmbia. Paralelamente, a Mauritânia aproveitou a ideia de desenvolver um procedimento transversal que pudesse ser utilizado em diversos programas diferentes. Essa iniciativa foi considerada efetiva e encontra-se atualmente em desenvolvimento no país. Além disso, os representantes do Zimbábue avaliaram que a "busca ativa" por beneficiários é um mecanismo fundamental para alcançar a população mais necessitada. O país passou a realizar pesquisas a cada dois anos nos vilarejos mais pobres para identificar potenciais beneficiários.

Em virtude das limitações na oferta de serviços na África, a maioria dos programas não depende de condicionalidades, ou aplica apenas condicionalidades mais brandas. Mesmo assim, representantes de Gana e do Quênia, países que implementam programas com condicionalidades (FAO, 2013; BRYANT, 2009), argumentaram que a experiência brasileira na implementação de condicionalidades foi útil, especialmente no que diz respeito à matrícula e à presença de crianças na escola.

Em Gana e na Tanzânia, as transferências sociais proporcionam benefícios fixos e variáveis de acordo com a composição demográfica do domicílio (GOVERNMENT OF GHANA, 2013; REDKO, 2013). Em Gana e também em Cabo Verde, essa alternativa foi implementada graças ao apoio técnico do governo brasileiro. A Tanzânia optou por essa solução após o compartilhamento de conhecimentos sobre o modelo brasileiro. Além disso, estimulado pelo modelo brasileiro e pelas instituições brasileiras, o governo de Gana decidiu priorizar as mulheres no repasse dos recursos do Programa LEAP. O manual de operações do LEAP, no entanto, não inclui isso como exigência, apenas como recomendação (GBEDEMAH et al., 2010). Os resultados positivos obtidos pelo Brasil por meio dessa estratégia também estimularam a Tanzânia e outros países a procederem dessa maneira. Na verdade, os programas de proteção social da Tanzânia exigem que a mulher seja a titular responsável pelo recebimento dos benefícios (EVANS et al. 2013).

4.3 DESAFIOS DOS PAÍSES AFRICANOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM COM O BRASIL

Conforme consta da pesquisa e da discussão online facilitada pelo IPC-IG, os representantes africanos relataram vários desafios no processo de aprendizagem relativo à experiência brasileira.

Mesmo nos casos em que as novas estratégias se adaptam aos contextos locais desses países, ainda existem muitos desafios como, por exemplo, o ambiente social e os hábitos das comunidades locais. Os sistemas de proteção social são administrados em diferentes níveis em cada país. O sistema de proteção social brasileiro é centralizado, enquanto os programas desenvolvidos em outros países são gerenciados por departamentos e órgãos que atuam em diversos níveis. As limitações tecnológicas também podem representar outra dificuldade na criação de sistemas de informação eficientes e na implementação de bancos de dados dinâmicos e capazes de identificar mudanças na situação socioeconômica das famílias beneficiárias. Obviamente, as inovações brasileiras mostram novas maneiras de reduzir a pobreza e a insegurança alimentar nos países em desenvolvimento, mas o modelo conceitual precisa ser adaptado a cada contexto específico e deve servir apenas como inspiração. O compromisso institucional com a proteção social é outra questão fundamental. No Brasil, as instituições governamentais do alto escalão reconhecem as iniciativas de proteção social como uma maneira de erradicar a pobreza e a fome. Além disso, o sistema de proteção social está incorporado à Constituição. Em outros países, o reconhecimento do papel dos programas de proteção social é diferente e isso pode significar um compromisso menor com as políticas de proteção social e, consequentemente, menores investimentos na área.

Além da questão da adaptação, os países africanos identificaram vários outros desafios relativos ao seu relacionamento com o Brasil. As limitações orçamentárias representam uma grande barreira à participação dos países africanos nas iniciativas e na cooperação Sul-Sul. Além disso, vários entrevistados mencionaram que a falta de um marco jurídico formal para a cooperação entre o Brasil e os países africanos impossibilitou um intercâmbio estruturado e eficaz e que as barreiras linguísticas e burocráticas causaram interferências na comunicação mesmo após meses de negociação.

Os representantes africanos entrevistados para a pesquisa reconheceram a importância das iniciativas de compartilhamento de conhecimentos (como as comunidades de prática, as visitas de estudos, os *webinars* e os seminários) e estão dispostos a continuar esses tipos de atividades. Ainda assim, vários representantes africanos acham importante fortalecer as relações bilaterais para de fato produzir um impacto positivo em seus países. Seu objetivo é estabelecer acordos formais para receber apoio técnico (especialmente para o desenvolvimento de sistemas de informações de gestão) e para fortalecer as parcerias entre o Brasil e os países africanos por meio de intercâmbios de longo prazo. Eles também solicitaram a estruturação das iniciativas de compartilhamento de conhecimentos de modo a facilitar o entendimento sobre os mecanismos de transferência social e também outros programas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional. Do ponto de vista prático, destacaram que a barreira do idioma é um grande problema e que a falta de documentos sobre o sistema de proteção social brasileiro traduzidos para o francês dificulta o aprendizado dos países francófonos.

5 CONCLUSÃO

Os formuladores de políticas brasileiros participaram ativamente dos primeiros eventos, quando os países africanos passaram a definir a proteção social como um direito humano e a reconhecer a cooperação Sul-Sul como um meio de alcançar objetivos comuns nessa área. A história recente desses intercâmbios ilustra o papel importante desempenhado pelo

governo brasileiro na promoção da proteção social como forma de erradicar a pobreza e a fome na África. Além disso, o engajamento do governo brasileiro contribuiu para promover o comprometimento dos líderes africanos do mais alto escalão no sentido de fortalecer os sistemas de proteção social.

O intercâmbio de conhecimentos entre o Brasil e a África consiste de um conjunto de iniciativas e de processos de aprendizagem distintas, ao invés de um plano de ação estruturado de longo prazo. Os países africanos afirmaram que aprenderam muito com os intercâmbios com o Brasil, especialmente sobre o papel importante da proteção social na erradicação da pobreza e da insegurança alimentar; o Cadastro Único e o sistema de informações administrativas; a abordagem da inclusão produtiva; os programas de alimentação escolar; e a necessidade de obter-se o comprometimento das instituições de alto nível para desenvolver um sistema eficiente de proteção social.

Como confirmado pelos representantes de vários países, o mapeamento deste trabalho mostrou que o processo de aprendizagem com o Brasil teve uma influência positiva e inspirou a criação de vários programas e instrumentos na África. Os países destacaram: os resultados positivos produzidos no Brasil pelas políticas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional; a importância de coordenar as intervenções por meio de um sistema centralizado de gestão de dados; a necessidade de regulamentação e de reconhecimento dos programas de proteção social; e a necessidade de obter-se o comprometimento das instituições governamentais do alto escalão para garantir o desenvolvimento de sistemas de proteção social fortes e resilientes. As experiências do Bolsa Família, do PNAE, do PAA e do Cadastro Único influenciaram a criação de ferramentas semelhantes em outros países. Além disso, verificou-se que os países africanos também foram influenciados por outras características do sistema de proteção social brasileiro, como o CRAS e o SUAS, o modelo de condicionalidades, a indicação das mulheres como titulares dos benefícios e a variação nos benefícios de acordo com a composição domiciliar.

Os representantes africanos reconheceram a importância das iniciativas de compartilhamento de conhecimentos (como as comunidades de prática, as visitas de estudos, os *webinars* e os seminários internacionais) e estão dispostos a dar continuidade a atividades dessa natureza. No entanto, apenas alguns países receberam apoio técnico formal do governo brasileiro via projetos de cooperação Sul-Sul e vários países implementaram programas inspirados na experiência brasileira apenas com o apoio de organizações internacionais.

Além disso, eles enfrentaram várias dificuldades na cooperação com o Brasil, como as barreiras linguísticas; a falta de formalização; a ausência de um marco jurídico para a cooperação; as limitações de recursos; e problemas na adaptação das ferramentas ao contexto social e econômico, às tecnologias e aos arranjos institucionais diferentes.

Dessa forma, esse relacionamento desestruturado foi considerado produtivo, mas não foi plenamente eficaz em atingir os resultados desejados, tendo em vista que os países africanos precisam de um mecanismo de cooperação Sul-Sul mais estruturado e formal para que possam receber apoio técnico dos ministérios brasileiros nas áreas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional. Contudo, essa cooperação desestruturada na área de proteção social pode ter sido uma escolha deliberada do governo brasileiro. As vantagens dessa abordagem resumem-se ao fato de que a disseminação das experiências brasileiras por meio de iniciativas de aprendizagem diversas pode ter um impacto mais amplo do que a proliferação de acordos de cooperação bilaterais com diversos países individualmente. Adicionalmente, uma

abordagem com base no intercâmbio de informações estaria mais focada nos conceitos e nas ideias por trás do sistema brasileiro de proteção social, permitindo que o Brasil e os países africanos aprendessem mais e melhorassem as iniciativas de acordo com as necessidades e os marcos institucionais de cada país.

Umas das recomendações de políticas resultantes dessa consulta é que a cooperação Sul-Sul nas áreas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional na África deve levar em consideração as características institucionais e as necessidades dos países africanos. Portanto, os projetos de cooperação Sul-Sul nessas áreas também devem conter objetivos de fortalecimento da capacidade institucional para superar as barreiras burocráticas que possam desacelerar o processo de intercâmbio.

No entanto, a falta de um plano de cooperação estruturado talvez não seja uma estratégia intencional, mas apenas o resultado de vários desafios enfrentados pelo governo do Brasil na etapa inicial da cooperação com os países africanos, tendo em vista que esse processo consome muitos recursos. Também reflete a natureza mutável da cooperação Sul-Sul e a nova arquitetura que está sendo construída na área de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Em razão da escassez de dados e de argumentos contrários, não é possível concluir que um modelo de cooperação estruturado teria produzido resultados melhores. Ainda assim, um marco jurídico interno poderia ao menos ter oferecido mais transparência e mais apoio aos países africanos. Apesar desses desafios, os formuladores de políticas africanos reconheceram o papel fundamental do governo brasileiro na promoção dos programas e das políticas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional como forma de erradicar a pobreza e a fome nos países africanos.

ANEXO 1

PERGUNTAS: "DISCUSSÃO *ONLINE* BRASIL-ÁFRICA"

PERGUNTA 1:

"O seu país participou de qualquer compartilhamento de conhecimentos ou cooperação com o Brasil na área de proteção social ou segurança alimentar e nutricional? Quais setores do governo participaram e quais foram suas contrapartes no lado brasileiro?"

PERGUNTA 2:

"Em seu país, qual é o impacto produzido pela cooperação e compartilhamento de conhecimentos com o Brasil nas áreas de proteção social e segurança alimentar? Quais medidas foram tomadas para alcançar tal impacto?"

PERGUNTA 3:

"Em seu país, quais são os instrumentos e programas de proteção social cujos projetos foram inspirados pela experiência brasileira em proteção social? Como ocorreu esse processo?"

PERGUNTA 4:

"Quais são os principais desafios para o aprendizado a partir das experiências brasileiras em proteção social e para adaptá-las ao seu contexto nacional? Como esses desafios estão sendo enfrentados?"

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO: "COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTOS ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA EM PROTEÇÃO SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR"

O Questionário foi criado pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG/UNDP) como parte do projeto "Brasil & África: combatendo a pobreza e empoderando as mulheres por meio da Cooperação Sul-Sul", financiado pelo Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID).

A experiência de seu país é verdadeiramente importante para se entender o impacto produzido pelo compartilhamento de conhecimentos com o Brasil na área de proteção social e segurança alimentar, e para analisar novas formas de melhorar o processo.

PERGUNTAS

Nome

País*

Instituição*

Posição na instituição*

Quando começou a trabalhar para a instituição?

Quais são os principais programas de assistência social e segurança alimentar (transferências sociais, obras públicas, programas de alimentação escolar, compras de agricultores familiares, etc.) em seu país? Por favor, liste-os.*

Você ou sua instituição estiveram envolvidos em qualquer atividade de compartilhamento de conhecimentos com o governo brasileiro nas área de proteção social e segurança alimentar?*

Sim

Não

Que tipo de atividade?

Seminários internacionais sobre o sistema de proteção social brasileiro

Visitas de campo ao Brasil

Suporte técnico de ministérios brasileiros ou de seus representantes, para apoiar o desenvolvimento de instrumentos ou programas de proteção social em seu país

Comunidades de prática

Outros

Por favor, forneça mais detalhes.

* Campo obrigatório; ** campo obrigatório e condicional na resposta anterior sendo "sim" ou "em desenvolvimento".

Quais são as principais lições aprendidas? E qual impacto essas experiências produziram em seu país?

Quais das seguintes instituições estiveram envolvidas nessas atividades de compartilhamento de conhecimentos?

MDS (Brasil – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

MDA (Brasil – Ministério do Desenvolvimento Agrário)

MS (Brasil – Ministério da Saúde)

MPS (Brasil – Ministério da Previdência Social)

MTE (Brasil – Ministério do Trabalho e Emprego)

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)

BM (Banco Mundial)

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

DFID (Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional)

ABC (Agência Brasileira de Cooperação)

PMA (Programa Mundial de Alimentos)

IPC-IG (International Policy Centre for Inclusive Growth)

Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

Outros

Você aprendeu a respeito do sistema de proteção social brasileiro por meio de alguma plataforma ou documento *online*?*

Sim

Não

Outros

Se sim, quais foram as principais lições aprendidas?

Em seu país, existe algum programa inspirado por qualquer programa brasileiro de proteção social ou segurança alimentar?*

Sim

Em desenvolvimento

Não

Favor fornecer detalhes**

Algum ator brasileiro promoveu ou apoiou a criação desse instrumento?**

Sim

Não

Se sim, quais e como?

Em seu país, existe um cadastro único inspirado pelo modelo brasileiro?*

Sim

Em desenvolvimento

Não

Por favor, forneça mais detalhes**

Algum ator brasileiro promoveu ou apoiou a criação desse instrumento?**

Sim

Não

Se sim, quais e como?

Em seu país, há um sistema de gestão da informação (MIS) inspirado pelo modelo brasileiro?*

Sim

Em desenvolvimento

Não

Por favor, forneça mais detalhes**

Algum ator brasileiro promoveu ou apoiou a criação desse instrumento?**

Sim

Não

Se sim, quais e como?

Em seu país, existe um modelo de condicionalidades inspirado pela experiência brasileira?*

Sim

Em desenvolvimento

Não

Por favor, forneça mais detalhes**

Algum ator brasileiro promoveu ou apoiou a criação desse instrumento?**

Sim

Não

Se sim, quais e como?

Em seu país, existe uma estratégia de focalização inspirada pelo modelo brasileiro?*

Sim

Em desenvolvimento

Não

Por favor, forneça mais detalhes**

Algum ator brasileiro promoveu ou apoiou a criação desse instrumento?**

Sim

Não

Se sim, quais e como?

Em seu país, existe uma "busca ativa" por beneficiários inspirada pelo modelo brasileiro?*

Sim

Em desenvolvimento

Não

Por favor, forneça mais detalhes **

Algum ator brasileiro promoveu ou apoiou a criação desse instrumento?**

Sim

Não

Se sim, quais e como?

Há, em seu país, um programa inspirado pela experiência brasileira, que seleciona mulheres como recebedoras do benefício?*

Sim

Em desenvolvimento

Não

Por favor, forneça mais detalhes**

Algum ator brasileiro promoveu ou apoiou a criação desse instrumento?**

Sim

Não

Se sim, quais e como?

Em seu país, há algum programa, inspirado pela experiência brasileira, que determina benefícios tanto fixos quanto variáveis de acordo com a estrutura domiciliar?*

Sim

Em desenvolvimento

Não

Por favor, forneça mais detalhes**

Algum ator brasileiro promoveu ou apoiou a criação desse instrumento?**

Sim

Não

Se sim, quais e como?

Há, no seu país, um programa inspirado pela experiência brasileira que conta com a entrega de pagamentos via sistema bancário?*

Sim

Em desenvolvimento

Não

Por favor, forneça mais detalhes**

Algum ator brasileiro promoveu ou apoiou a criação desse instrumento?**

Sim

Não

Se sim, quais e como?

Há, em seu país, um sistema de assistência social que conta com serviços sociais tais como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Sistema Unificado de Assistência Social (SUAS) brasileiros?*

Sim

Em desenvolvimento

Não

Por favor, forneça mais detalhes**

Algum ator brasileiro promoveu ou apoiou a criação desse instrumento?**

Sim

Não

Se sim, quais e como?

Quais são os principais desafios e obstáculos ao aprendizado a partir das experiências brasileiras de proteção social e para adaptá-las ao seu contexto nacional?*

Você tem alguma sugestão para melhorar o compartilhamento de conhecimentos e a cooperação em proteção social entre o Brasil e o seu país?

REFERÊNCIAS

AFRICAN UNION. *The Livingstone Call for Action*. Livingstone: Government of Zambia and the African Union. 2006. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/Livingstone-call-for-action.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. "Social Policy Framework for Africa." First Session of the African Union Conference of Ministers in Charge of Social Development, Windhoek, Namíbia 27–31 de outubro de 2008. Adis Abeba: African Union, 2008. Disponível em: <http://sa.au.int/en/content/social-policy-framework-africa>. Acesso em: 12 maio 2016.

AFRICAN UNION, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), INSTITUTO LULA. Declaration of The High-Level Meeting. *Toward African Renaissance:* Renewed Partnership for a Unified Approach to End Hunger in Africa by 2025 under the Framework the Comprehensive Africa Agriculture Development Programme. 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/newsroom/docs/DECLARATION_FINAL.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

AYLLÓN PINO, B. "A Cooperação Triangular e as transformações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento." *Texto para discussão* nº 1845. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

BARCA, V.; R. CHIRCHIR. 2015. "Key aspects to consider when setting up an integrated system for data and information management… and international best practice." Discurso no *Workshop de Jacarta*, 12 de março. Disponível em: <http://www.opml.co.uk/sites/default/files/KEYNOTE%20Integrated%20data%20%26%20information%20management%20for%20Social%20Protection_Best%20Practice.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. *Single registries and integrated MISs:* De-mystifying data and information management concepts. Camberra: Australian Department of Foreign Affairs and Trade, 2014. <http://www.developmentpathways.co.uk/resources/wp-content/uploads/2014/07/REPORT-DFAT-Single-registries-report.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

BOLFARINE CAIXETA, M.; B. SUYAMA. "A Cooperação Sul-Sul em Proteção Social." *Informativo Setorial*, n. 1, fevereiro, 2015.

BRYANT, J. H. "Kenya's cash transfer program: protecting the health and human rights of orphans and vulnerable children." *Health and Human Rights*, v. 11, n. 2, p. 65-76, 2009.

CLARET CAMPOS FILHO, A. "Social Protection in Brazil: Recent Achievements." *Panel on Global Social Protection Floor, Economic and Financial Committee of the United Nations General Assembly*, Nova Iorque, 4 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/documents/gasecond/2009/Filho.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

DA COSTA NOGUEIRA, L. M. "Uma perspectiva histórica da cooperação internacional para o desenvolvimento." In: *Agricultura e desenvolvimento rural sustentável:* desafios da cooperação técnica internacional. OTERO, Manuel Rodolfo; OLIVEIRA, Mauro Márcio; TIBÚRCIO, Breno Aragão; RAMÍREZ, Andrea Restrepo. Brasília: IICA, 2015. <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Agricultura_DesenvRuralSust.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

DEVEREUX, S. "Social Protection for Enhanced Food Security in sub-Saharan Africa." *UNDP Working Paper* 2012-010. Nova Iorque: UNDP, 2012.

DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (DFID). *African Union takes the lead on Social Justice*. Londres: DFID, n.d. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/News_Namibia_DFID.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

EVANS, D. K. et al. *Community Based Conditional Cash Transfers in Tanzania Results from a Randomized Trial*. Dar es Salaam: TASAF, 2013. Disponível em: <http://www.tasaf.org/index.php/media1/all-downloads/studies/236-tanzania-cct-ie-final-report/file>. Acesso em: 12 maio 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Qualitative research and analyses of the economic impacts of cash transfer programmes in sub-Saharan Africa:* Ghana Country Case Study Report. Roma: FAO, 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/p2p/Publications/Ghana_qualitative.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. *Scaling Up The Brazilian School Feeding Model – Using South-South Cooperation to share Brazil's experience of school feeding in Latin America and the Caribbean*. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-h0050e.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____.*Sao Tome and Principe and FAO Building resilience and food and nutrition security*. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-ax427e.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

GOVERNMENT OF GHANA. *The Livelihood Empowerment Against Poverty (LEAP) Programme:* Reducing Poverty And Promoting Growth In Ghana. Acra: Government of Ghana, 2013. Disponível em: <http://www.unicef.org/ghana/gh_resources_LEAP_briefing_paper.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

GOVERNMENT OF THE KING OF LESOTHO. *National Social Protection Strategy*. Maseru: Government of the King of Lesotho, 2015. Disponível em: <http://www.developmentpathways.co.uk/resources/wp-content/uploads/2015/02/Lesotho-National-Social-Protection-Strategy-v8-260514-with-Foreword1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

HELPAGE INTERNATIONAL. *Good practice in the development of management information systems for social protection*. Londres: HelpAge International, 2011. Disponível em: <http://www.developmentpathways.co.uk/downloads/publications/Good-Practice-in-the-Development-of-Management-Information-Systems-for-Social-Protection-Help-Age-International.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *World Social Protection Report 2014/2015:* Building economic recovery, inclusive development and social justice. Genebra: ILO, 2014. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/world-social-security-report/2014/lang--en/index.htm>. Acesso em: 12 maio 2016.

INTERNATIONAL POLICY CENTRE FOR INCLUSIVE GROWTH (IPC-IG). *Brasil & Africa Newsletter* 1. Brasília: IPC-IG, 2008. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCNewsletter1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. Brasil & Africa Newsletter 5. Brasília: IPC-IG, 2009a. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCNewsletter5.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. *Brasil & Africa Newsletter* 6. Brasília: IPC-IG, 2009b. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCNewsletter6.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. *Brasil & Africa Newsletter* 7. Brasília: IPC-IG, 2009c. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCNewsletter7.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. "The IPC-IG attends the International Seminar on 'Social Policies for Development'." *Website* do IPC-IG, 2013. Disponível em: <http://pressroom.ipc-undp.org/the-ipc-ig-attends-the-international-seminar-on-social-policies-for-development/>. Acesso em: 12 maio 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). "Assistência social e segurança alimentar." Políticas sociais: acompanhamento e análise, *Edição Especial n. 13*. Brasília: Ipea, 2007.

INTERNATIONAL SOCIAL SECURITY ASSOCIATION (ISSA). "Brazilian social security programme receives prestigious ISSA award." ISSA *website,* 2013. Disponível em: <https://www.issa.int/-/brazilian-social-security-programme-receives-prestigious-issa-award>. Acesso em: 12 maio 2016.

LEITE, I. C.; SUYAMA, B.; POMEROY, M. "Africa-Brazil co-operation in social protection: Drivers, lessons and shifts in the engagement of the Brazilian Ministry of Social Development." *UNU-WIDER Research Paper* WP2013/022. Helsinque: United Nations University-World Institute for Development Economics Research, 2013. Disponível em: <http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/2013/en_GB/wp2013-022/>. Acesso em: 12 maio 2016.

COSTA LEITE, Iara; Suyama, Bianca; TRAJBER WAISBICH, Laura. "Para além do tecnicismo: a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e caminhos para sua efetividade e democratização." *Policy Brief*. São Paulo: CEBRAP, IDS, Articulação Sul, 2013.

LINDERT, K. "Brazil: Bolsa Familia Program – Scaling-up Cash Transfers for the Poor." In: *Managing for Development Results Principles in Action: Sourcebook on Emerging Good Practices*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development/Washington, D. C.: World Bank, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). *Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal nas áreas de segurança alimentar e desenvolvimento rural*. Brasília: MDS, 2005.

_____. *Carta de Intenções sobre a cooperação no domínio do desenvolvimento social, entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome da Republica Federativa do Brasil e o Ministério da Assistência e Reinserção Social da Republica da Angola*. Brasília: MDS, 2009.

_____. *Declaração Ministerial*. Brasília: MDS, 2007.

MILHORANCEA, C.; SABOURINA, E.; BURSZTYN, M. "Potential and Limits to Diffusing Brazil's Zero Hunger Strategy in Sub-Saharan Africa: The Case of Mozambique." 2015. Apresentação na *International Conference of Public Policy*, Milão, 1-4 julho de 2007. Disponível em: <http://www.icpublicpolicy.org/conference/file/reponse/1433963161.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

MINISTRY OF GENDER, CHILDREN AND SOCIAL DEVELOPMENT. *Kenya National Social Protection Policy*. Nairobi: Ministry of Gender, Children and Social Development, 2011. Disponível em: <http://www.africanchildforum.org/clr/policy%20per%20country/kenya/kenya_socialprot_2011_en.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

MORAIS DE SÁ E SILVA, M. "South-South Cooperation in Times of Global Economic Crisis." *One Pager*, n. 76. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2009. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager76.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

OVERSEAS DEVELOPMENT INSTITUTE (ODI). "Gendered risks, poverty and vulnerability in Ghana: is the LEAP cash transfer programme making a difference?" *Project Briefing*, n. 52. Londres: ODI , 2010. Disponível em: <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/6323.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

OBSERVATÓRIO DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (OPLOP). 2013. "Cabo Verde cria programa de transferência de renda a partir de modelo brasileiro." *Website do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa*. Disponível em: <http://www.oplop.uff.br/boletim/2470/cabo-verde-cria-programa-de-transferencia-de-renda-partir-de-modelo-brasileiro>. Acesso em: 12 maio 2016.

PERCH, L.; BAHALIM, A; CABRAL, L.; SHANKLAND, A. "The Role of South-South Cooperation in Inclusive and Sustainable Agricultural Development: Focus on Africa." *Poverty in Focus*, n. 24. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2012. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus24.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

REDKO, A. *Community-Based Conditional Cash Transfer Impact Evaluation 2009, Baseline Survey*. Dar es Salaam: National Bureau of Statistics, 2013. Disponível em: <http://www.nbs.go.tz/tnada/index.php/catalog/21>. Acesso em: 12 maio 2016.

SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, C. R. "Programa Bolsa Família and the Recent Decline in Regional Income Inequality in Brazil." *One Pager*, n. 229. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2013. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager229.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R.G. "Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: Cash Transfer Programmes in Comparative Perspective." *IPC Evaluation Note*, n. 1. Brasília: International Poverty Centre, 2010. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCEvaluationNote1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

THORNE, K.; TAYLOR, J. E.; KAGIN, J.; DAVIS, B; OSEI, R. D.; OSEI-AKOTO, I. *Local Economy-wide Impact Evaluation (LEWIE) of Ghana's Livelihood Empowerment Against Poverty (LEAP) Programme*. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i3814e.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). "Successful Social Protection Floor Experiences." *Sharing Innovative Experiences* series, v. 18. Nova Iorque: UNDP, 2011. Disponível em: <http://www.socialsecurityextension.org/gimi/gess/RessourcePDF.do?ressource.ressourceId=20840>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. Special Unit for Technical Cooperation among Developing Countries. *The Buenos Aires Plan*. Nova Iorque: UNDP, 1994.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA AND THE PACIFIC (UNESCAP). *Website da UNESCAP*, 2013. Disponível em: <http://www.socialprotection-toolbox.org/good-practices-map>. Acesso em: 12 maio 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME(UNICEF). *UNICEF Annual Report 2014 – Lesotho*. Nova Iorque: UNICEF, 2014. Disponível em:

<http://www.unicef.org/about/annualreport/files/Lesotho_Annual_Report_2014.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

UNITED NATIONS OFFICE FOR SOUTH-SOUTH COOPERATION (UNOSSC). "What Is South-South Cooperation?"(n.d.) Website do UNOSSC. Disponível em: <http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what_is_ssc.html>. Acesso em: 12 maio 2016.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). *Brazil - A desk review of the National School Feeding Programme*. Roma: WFP, 2007. Disponível em: <http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/newsroom/wfp207419.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____."Brazil And WFP Launch Centre Of Excellence Against Hunger." Website do WFP. 2011. Disponível em: <http://www.wfp.org/stories/brazil-and-wfp-launch-centre-excellence-against-hunger>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. *Centre of Excellence Against Hunger Annual Report 2012*. Roma: WFP, 2012. Disponível em: <http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/special_initiatives/wfp253783.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. 2012b. "Rwanda to implement school feeding programme after study visit to Brazil." Website do WFP. 2012b. Disponível em: <https://www.wfp.org/blog/blog/rwanda-implement-school-feeding-programme-after-study-visit-brazil>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. *State of School Feeding Worldwide*. Roma: WFP, 2013. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/13536/WFP_StateofSchoolFeeding2013_web.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. *Centre of Excellence against Hunger - Annual Report 2013*. Rome: WFP, 2013b. Disponível em: <http://www.wfp.org/sites/default/files/WFP_CENTRE_REPORT2013_ENGLISH.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. "WFP Centre of Excellence launches its 2014 Annual Report." Website do WFP. 2014. Disponível em: <http://www.wfp.org/centre-of-excellence-hunger/blog/wfp-centre-excellence-launches-its-2014-annual-report>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. "Centre of Excellence against Hunger." Website do WFP.2016. Disponível em: <https://www.wfp.org/centre-of-excellence-hunger>. Acesso em 12 de maio de 2016.

WORLD BANK. *Program-For-Results Information Document (PID) Concept Stage*. Washington, D. C.: World Bank, 2012. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2012/08/15/000020953_20120815093932/Rendered/PDF/718580PGID0KE0national0safety.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. *Reducing inequality and the Brazilian Social Protection system*. Washington, D. C.: World Bank, 2014. Disponível em: <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/Event/social-protection/Brazil_Social_Protection_System.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. "South-South Learning Forum 2014: Designing and Delivering Social Protection and Labor Systems." Website do World Bank. 2016. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/events/2014/03/17/south-south-learning-forum-2014-designing-and-delivering-social-protection-and-labor-systems>. Acesso em: 12 maio 2016.

NOTAS

2. A Austrália rejeita esse conceito, tendo em vista que o país está localizado ao sul, mas não é beneficiário da cooperação internacional para o desenvolvimento.

3. Unidade Especial do PNUD para Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. *The Buenos Aires Plan*. Nova Iorque: PNUD, 1994.

4. Trata-se de um programa de transferência de renda implementado no Gana com o objetivo de reduzir a pobreza em curto prazo e possibilitar o desenvolvimento de capital humano em longo prazo (THORNE et al. 2014).

5. Os países participantes foram: Camarões, Etiópia, Malauí, Moçambique, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue.

6. A Comunidade Brasil-África de Proteção Social. Disponível em: <http://socialprotection.org/connect/communities/brazil-africa-social-protection-community>.

7. A lista consolidada de parceiros incluiu representantes de países que já participaram dos seminários internacionais organizados pelo MDS; os participantes da reunião da Comunidade de Prática realizada em março de 2014, em Fortaleza, Brasil; os participantes do Fórum de Aprendizagem sobre Cooperação Sul-Sul realizado no Rio em 2014; os participantes da Reunião de Especialistas da União Africana sobre Crianças e Proteção Social na África (abril, 2014); e os participantes dos *workshops* organizados pelo projeto da FAO da Proteção para a Produção (PtoP): Fortalecendo a coerência entre a agricultura e a proteção social (realizados em Gana, setembro 2013, e na África do Sul, novembro 2014).

8. As perguntas respondidas na discussão online e o questionário da pesquisa estão disponíveis nos apêndices.

9. Vale ressaltar que o programa de Merenda Escolar (ou Alimentação Escolar), o primeiro programa de alimentação escolar do Brasil, passou a ser implementado na década de 1950 (WFP, 2007).

10. O Centro de Excelência contra a Fome é um fórum global de diálogo Sul-Sul e de aprendizagem sobre programas de alimentação escolar e de segurança alimentar e nutricional. Foi criado em 2011 por meio de uma parceria entre o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) e o governo do Brasil para oferecer apoio a países em desenvolvimento na elaboração de soluções sustentáveis contra a fome. O Centro oferece assistência técnica e facilita a cooperação Sul-Sul ao combinar a experiência do PMA na erradicação da fome e os "programas bem-sucedidos do governo brasileiro na elaboração e na implementação de programas eficazes e sustentáveis para a promoção da segurança alimentar e nutricional e para a superação da pobreza, especialmente por meio da alimentação escolar" (WFP, 2016).

11. Participantes de outros países mencionaram programas inspirados no modelo brasileiro, mas não os explicitaram como resultados diretos do compartilhamento de conhecimentos com o Brasil. Alguns exemplos são o programa de transferência de renda voltado para alunos de escolas no Malauí; o programa de assistência a agricultores no Níger; o programa-piloto de transferência de renda do Togo; o Programa Harmonizado de Transferência de Renda de Zimbábue; e o Programa Nacional de Redes de Segurança (em desenvolvimento) do Camarões.

12. De acordo com os entrevistados, cadastros únicos parcialmente inspirados no modelo brasileiro estão sendo projetados em vários países (Zimbábue, Etiópia, Libéria, Malauí, Tanzânia, Moçambique, Zâmbia, Benin e Níger), muito embora esses países não tenham explicitamente citado as iniciativas de compartilhamento de conhecimentos com o Brasil.

13. Este capítulo foi fundamentado, principalmente, nas informações fornecidas pelos representantes dos países africanos.

14. Este capítulo foi embasado, principalmente, nas informações fornecidas pelos representantes dos países africanos.

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 13º andar
70076-900 Brasília, DF - Brasil
+55 61 2105 5000

ipc@ipc-undp.org ▪ www.ipc-undp.org